

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.403.541 - SP (2018/0308600-8)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
AGRAVANTE : CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO
ADVOGADO : EDMILSON JOSÉ DA SILVA E OUTRO(S) - SP120154
AGRAVADO : ANHEMBI AGRO INDUSTRIAL LTDA
ADVOGADOS : ANNA LUCIA DA MOTTA PACHECO CARDOSO DE MELLO E
OUTRO(S) - SP100930
LUIZ FRANÇA GUIMARÃES FERREIRA - SP166897

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA. FISCALIZAÇÃO. ATIVIDADE PRIVATIVA DE QUÍMICO DESCARACTERIZADA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial em razão da incidência da Súmula 7 do STJ.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (fls. 556-557, e-STJ):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DE SÃO PAULO - CRQ IV REGIÃO. REMESSA OFICIAL TIDA POR INTERPOSTA NÃO CONHECIDA. ART. 475, § 2º, CPC/73. VALOR DA CAUSA INFERIOR A SESSENTA SALÁRIOS MÍNIMOS. AGRAVO RETIDO NÃO CONHECIDO. ART. 523, § 1º, CPC/73. REGISTRO DE EMPRESA VOLTADA À INDUSTRIALIZAÇÃO DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL. ART. 27 DA LEI 2.800/56. INEXIGIBILIDADE. ART. 1º DA LEI 6.839/80. ATIVIDADE PRIVATIVA DE QUÍMICO DESCARACTERIZADA. PRECEDENTES DO STJ E DESTA CORTE REGIONAL. AUTO DE INFRAÇÃO ANULADO E MULTA DECLARADA INSUBSISTENTE. ATO ADMINISTRATIVO VICIADO QUANTO À COMPETÊNCIA. RECURSO PROVIDO. CONDENAÇÃO DO RÉU AO PAGAMENTO DAS CUSTAS JUDICIAIS E DE HONORÁRIOS PERICIAIS E ADVOCATÍCIOS.

1 - Remessa oficial, tida por interposta, que não se conhece, em atenção ao § 2º do art. 475 do Código de Processo Civil de 1973 vigente à época de prolação da r. sentença, considerando-se o valor inferior a sessenta salários mínimos atribuído à causa.

2 - Agravo retido que não se conhece, visto que não atendida a condição imposta pelo art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil de 1973.

3 - Cuida-se a questão posta de esclarecer eventual obrigatoriedade de inscrição da autora nos quadros do Conselho Regional de Química - CRQ IV Região, nos termos em que dispõe o art. 27 da Lei 2.800/56, e ainda de se averiguar a legitimidade da multa que lhe foi imposta por aquela autarquia por meio do Auto de Infração nº 8201864132-0.

4 - Da análise do contrato social da autora, verifica-se que seu objeto social consiste na industrialização e comercialização de matérias primas oriundas de produtos e sub produtos de origem animal e vegetal, estando submetida à fiscalização do Serviço de Inspeção Federal - SIF, ligado ao

Superior Tribunal de Justiça

Ministério da Agricultura.

5 - No caso de a empresa desempenhar mais de uma atividade, para efeito de registro em órgão fiscalizador faz-se necessária sua inscrição tão somente no conselho profissional relativo à atividade básica ou principal por ela exercida, em atenção ao disposto no art. 1º da Lei 6.839/80. No caso dos autos, considerando-se a atividade básica da autora - produção de farinha de carne e ossos (ração animal) e sebo industrial (banha), conforme atestado por laudo pericial -, não há falar em desempenho de atividade privativa de químico, não se podendo exigir sua inscrição no CRQ - IV REGIÃO. Ademais, a autora trouxe aos autos comprovação documental de quitação de pagamentos junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária de São Paulo, tendo ainda juntado certificado de regularidade de pessoa jurídica e anotação de responsabilidade técnica expedidos por esta última autarquia.

6 - Precedentes do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte Regional.

7 - Considerando-se que o Conselho Regional de Química - CRQ IV Região não dispunha da necessária atribuição para realizar fiscalização no estabelecimento da autora, visto que esta não exerce atividade privativa de profissional da área química, conforme restou demonstrado, impõe-se a anulação do Auto de Infração nº 8201864132-0 e a declaração de insubsistência da multa aplicada, por caracterizado o vício do ato administrativo em questão quanto à competência.

8 - Condenação do réu ao pagamento das custas e honorários periciais, bem assim ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa devidamente atualizado, nos termos do art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil de 1973, vigente à época da interposição do recurso apelatório.

9 - Apelação provida.

Embargos de declaração rejeitados.

No recurso especial o recorrente alega violação do artigo 1.022, II, do CPC/2015, ao argumento de que a Corte local não enfrentou a legislação federal que legitima a fiscalização profissional em quaisquer tipos de empresas, visto que o fato de não se tratar de empresa com atividade básica na área química não significa que não possa existir alguma função que necessite de profissional da química devidamente habilitado (Lei n. 2.800/1956, art. 1º, 13 e 15; CLT, art. 343, 351 e 630, §§ 3º e 6º).

Face à omissão, mesmo após a oposição dos aclaratórios, aduz que a questão se encontra prequestionada, à luz do art. 1.025 do CPC/2015.

Quanto à questão de fundo, sustenta ofensa aos artigos 1º, 13 e 15 da Lei n. 2.800/1956, bem como aos artigos 343, 351 e 630, §§ 3º e 6º, do Decreto-lei n. 5.452/1943 (CLT), arguindo que não procede o fundamento de que, pelo fato de a atividade básica da empresa não ser química, não haver competência do Conselho para exercer fiscalização em suas dependências, na medida em que nada impede que haja profissionais dessa área atuando em atividades acessórias.

Assevera que o conhecimento do recurso não exige incursão na matéria fático-probatória, pois a violação decorre de fato incontroverso, qual seja, o de que houve oposição à fiscalização pela empresa recorrida, a qual o Tribunal de origem entendeu ser lícita, por a recorrida não possuir atividade básica na área química.

Aponta, por fim, dissídio jurisprudencial em relação a precedente do TRF da 2ª Região.

Com contrarrazões (fls. 606-610, e-STJ).

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de

Superior Tribunal de Justiça

admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

De início, afasta-se a alegada violação do artigo 1.022 do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

Quanto à questão de fundo, a Corte de origem, após ampla análise do conjunto fático-probatório, firmou compreensão de que o objeto social da agravada não se relaciona ao desempenho de atividade privativa de químico, de modo que a esta não se impõe a necessidade de inscrição perante o Conselho Regional de Química nem, por conseguinte, a submissão à sua fiscalização.

Por oportuno, transcrevo trecho do voto condutor do acórdão (fl. 554, e-STJ):

Por fim, considerando-se que o Conselho Regional de Química - CRQ IV Região não dispunha da necessária atribuição para realizar fiscalização no estabelecimento da autora, visto que esta não exerce atividade privativa de profissional da área química, conforme restou demonstrado, impõe-se a anulação do Auto de Infração nº 8201864132-0 e a insubsistência da multa aplicada, por caracterizado o vício do ato administrativo em questão quanto à competência.

Assim, tem-se que a revisão da conclusão a que chegou o Tribunal de origem sobre a questão, inclusive para se cogitar a eventual presença de profissionais químicos atuando em atividades acessórias, demanda o reexame dos fatos e provas constantes nos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial. Incide ao caso a Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, **nego provimento ao agravo.**

Majoro em 10% os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (artigo 98, §3º, CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator